



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	Perspectivas na organização do sistema de ensino para a educação bilíngue dos sujeitos surdos
<b>Autor</b>	EVERTON RODRIGUES FARIAS
<b>Orientador</b>	ADRIANA DA SILVA THOMA

No presente trabalho, apresento um recorte do projeto de pesquisa: *Políticas educacionais e linguísticas como estratégias de governo dos sujeitos no campo da educação de surdos*. Neste projeto, o grupo trabalha com questões relacionadas à escolarização de alunos surdos pautados na perspectiva pós estruturalista e articulados aos Estudos Culturais em Educação. Assim, na fundamentação das pesquisas em andamento ocorre um diálogo com autores como Michel Foucault com a noção de governo; Stuart Hall e as discussões acerca das identidades e diferenças, e Carlos Skliar com a temática da surdez como diferença. A partir desses estudos, construí o seguinte problema investigativo: *como é organizado o sistema de ensino para a educação bilíngue segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e segundo a perspectiva do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo MEC para elaboração dos subsídios para a educação bilíngue reivindicada pelo Movimento surdo?* Para isso, analiso os seguintes documentos: *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)*, *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez (2010)* e o *Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (2014)*. Nas análises, pude entender que pela Política de inclusão escolar a educação de surdos deve ocorrer, fundamentalmente, por meio de sua inserção no sistema comum de ensino e pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este atendimento prevê três momentos específicos – a) Ensino de Libras; b) Ensino em Libras; c) Ensino da Língua Portuguesa escrita. Esses momentos são pensados como suplementares e/ou complementares e desenvolvidos no contraturno à matrícula na Educação Básica. Nos subsídios elaborados pelo GT (2014), em resposta às demandas do movimento surdo, entende-se a educação bilíngue como um processo que ocorre diariamente, na práxis com o outro e no contato com a cultura surda, em escolas bilíngues onde a língua de instrução é a língua de sinais e a língua portuguesa escrita considerada segunda língua para os surdos. Percebo, ainda, que a Política de inclusão escolar entende a surdez pelo viés da deficiência, o aluno surdo não é reconhecido pela sua identidade surda e nega-se a existência de uma cultura surda. Já o Movimento Surdo, na perspectiva dos Estudos Surdos, entende a surdez como diferença linguística e cultural, pois as especificidades linguísticas e culturais dos surdos são reconhecidas e valorizadas de acordo com seus direitos como pessoa, promovendo a identidade linguística da comunidade surda e o seu desenvolvimento social. Ainda, na linha das políticas voltadas à inclusão escolar, todos são convocados a participar de forma efetiva e permanente deste processo, sendo esta participação prevista como plena pelo direito de ingresso, permanência e aprendizagem. Nesse viés, a estruturação de um sistema de ensino que se volta para a diferença surda necessita ser amplamente problematizada, pois o que observo é a existência de processos dicotômicos entre aquilo que o movimento surdo prevê como essencial à escolarização dos sujeitos surdos e aquilo que a Política entende como prioritário. Enquanto a Política de inclusão divide o tempo do aluno entre o espaço da sala de aula comum e o AEE no turno oposto, o espaço de escolas bilíngues se assemelha ao tempo das escolas comuns, em que o aluno convive com seus pares surdos e professores fluentes nessa língua, em condições de um bilinguismo educacional mais efetivo.